

A psicanálise na universidade belga: a experiência de Louvain*

Fernando Aguiar Brito de Sousa¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este artigo retoma reflexões e pontos de vistas apresentados no colóquio *La psychanalyse à l'université*, realizado na Universidade Católica de Louvain (Bélgica), em 2000. A questão do papel da psicanálise no ensino, na pesquisa e suas relações com a sociedade foi proposta a professores e pesquisadores de diferentes disciplinas, na tentativa de avaliar o impacto real da psicanálise em reflexões, ensinos,

Abstract

This article revisit some reflections and points of view exposed at the colloquium *La psychanalyse à l'université*, held at the Catholic University of Louvain (Belgium) in 2000. The question of psychoanalysis's role in teaching and in research and its relations with society has been asked to professors and researchers from different disciplines, in order to evaluate the real impact of psychoanalysis on the reflections,

* Psychoanalysis in belgian university: the experience of Louvain

¹ Este artigo é parte do trabalho de pesquisa de pós-doutoramento realizado na Université Catholique de Louvain (UCL, Bélgica), orientada pelo Prof. Dr. André Berten e financiada pelo CNPq, com auxílio carga horária da UFSC. Endereço para correspondências: Rua do Calafate, 79/204, Pantanal, Florianópolis, SC, CEP 88040-008 (fabs@cfh.ufsc.br).

mações e serviços oferecidos pela universidade, em seus diversos campos de atuação.

Palavras-chave: Psicanálise; universidade; interdisciplinaridade.

teaching, special courses and services the university offers in its different domains of activity.

Keywords: Psychoanalysis; university; interdisciplinarity.

Si la formation du psychanalyste ne peut se passer de l'analyse personnelle, ni de l'expérience clinique, ni du contrôle de sa pratique – ce que l'Université ne peut ni ne doit lui donner – en revanche, ce que la discipline universitaire lui offre comme chance incomparable, à condition qu'il la saisisse largement, c'est de s'y rompre aux échanges et à la rigueur du débat scientifique. (FLORENCE, 2003, p.16)

A utilização da análise para a terapia das neuroses não é senão uma de suas aplicações; talvez o futuro mostre não ser ela a mais importante. (FREUD, 1994, p.76)

Em dezembro de 2000, em comemoração ao centenário da *Traumdeutung*, realizou-se, na parte francófona da Universidade Católica de Louvain (UCL), na Bélgica, o colóquio interdisciplinar *A psicanálise na universidade*, organizado por professores do Departamento de Psicologia Clínica (a partir de 2001, Unidade de psicologia clínica: antropologia, psicopatologia e psicoterapia), da Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação. Ele endereçava-se aos membros da comunidade universitária, mas também aos que, “no campo social e institucional ou na prática privada, referem-se à psicanálise como método de investigação e de interpretação, como modo de tratamento ou como teoria de conjunto da vida psíquica do ser humano como sujeito individual e social” (FLORENCE, 2003, p.5). Por uma dessas felizes coincidências na pesquisa, as atas desse colóquio foram publicadas alguns meses antes de eu iniciar na mesma cidade um pós-doutorado, cuja pesquisa tinha neste tema seu eixo central.

Este artigo leva em conta, ainda, o relativo desconhecimento que há entre nós da especificidade belga – sempre confundida, em particular no que diz respeito às artes e à psicanálise, na rubrica *made in France* – e,

sobretudo, a oportunidade e a pertinência das reflexões desenvolvidas nesse “encontro de envergadura”. A apresentação de extratos de algumas das intervenções, se às vezes mediadas por comentários, desenvolvimentos e raciocínios próprios, tem como fio condutor o mesmo *leitmotiv* e rigor que motivaram seus autores: em particular, avaliar o papel da psicanálise em seus respectivos campos do saber. O contexto hodierno, como se sabe e como afirmado na apresentação dessas atas, é marcado pela injunção – na psicologia, na medicina e nas outras ciências humanas – de modos de pensar o homem, seu sofrimento e suas questões, cujos modelos pragmáticos, utilitaristas e científicas pretendem pôr de lado a longa tradição psicanalítica, bem como a filosofia e a antropologia que a sustentam.

No Brasil, a questão é também atual, embora vivenciada sob condições históricas particulares e diversas. Tem curta história de pouco mais de uma década, e vem na esteira da estrutura de pós-graduação recentemente montada no País (AGUIAR, 2002). A ampliação do espaço de atuação da psicanálise mediante o trabalho de pesquisa, com a possibilidade de que essa pesquisa constitua o grande nutriente do ensino, resultou no surgimento de questões inexistentes quando a universidade era, para a psicanálise, no melhor dos casos, apenas um canal de divulgação.

A razão de a literatura brasileira sobre o tema concentrar-se, sobretudo, na década passada deve-se assim à urgência de refletir sobre o exercício da psicanálise num espaço que lhe era então quase estrangeiro. Nessas circunstâncias, convém informar sobre outras experiências e conhecê-las.

Sobre a psicanálise na UCL

A Universidade Católica de Louvain é uma das mais antigas universidades do mundo – sua fundação remonta ao século XV –, a maior da Bélgica e uma das maiores da Europa. Dadas suas dimensões, à primeira vista, lembra Renders (2003), não pareceria significativo que apenas uma dezena de professores da faculdade de psicologia (do lado francófono) tenha a psicanálise como primeira referência teórica, e que mais outros três ou quatro integrem o domínio da psiquiatria na faculdade de medicina. Ainda assim, em termos de formação (psicológica e médica), o ensino da psicanálise adquiriu visibilidade sem precedentes nos três ciclos do curso de psicologia, desde a primeira candidatura, em parte do curso de psicologia infantil, até o diploma de especialização do 3º ciclo em psicoterapia, passando pelas orientações clínicas que compõem o 2º ciclo.

Esse ensino encontra-se ainda aloçado na psicologia médica e na psiquiatria e no Departamento de Estudos Romanos da Faculdade de Filosofia e Letras.

No âmbito da pesquisa, cerca de três teses de doutorado ou de *agrégation* (em psicologia ou em medicina) são defendidas, anualmente, no campo da psicanálise, bem como grande número de *mémoires de licence* (monografias ou dissertações de fim de curso) em diferentes programas². Mesmo assim, os recursos que a psicanálise – como de resto ocorre com as ciências humanas em geral – recebe do *Fond spécial de recherche* da UCL e do FNRS (*Fond national de recherche scientifique*) seriam mais do que “parcimoniosos” e “dissuasivos”. “Mas os promotores não são freqüentemente bastante derrotistas?”, pergunta Renders, depois de apresentar os dados acima referidos. Afinal, entre livros individuais e coletivos, as publicações são numerosas (notadamente em De Boeck, coleção *Oxalis*) e isso se pode dizer de artigos e comunicações. No entanto, ele não deixa também de reprovar com razão, como de fato é possível comprovar nessas publicações, certo ecletismo: “Coerência e continuidade em nossas linhas de pesquisa devem ser reforçadas” (p.22-23).

Enfim, em termos de serviço à comunidade, a UCL conta com quatro centros de saúde mental (Chapelle-aux-Champs, Louvain-la-Neuve, *Chien Vert*, em Woluwe Saint-Pierre, e *Méridien*, em Saint-Josse) e com um grupo de serviços hospitalares. Esses centros “colocam a psicanálise como um quadro importante de intervenção clínica e de reflexão teórica, ao lado do paradigma sistêmico, em grande desenvolvimento, e do paradigma cognitivo-comportamental, de penetração mais difícil” (RENDERS, 2003, p.23)³.

Posto isso, e dada a grande resistência, ao contrário dos meios judaicos, leigos e ateus, da igreja católica à psicanálise, cabe realmente perguntar, como faz ainda Renders, por que a UCL “[se deixou] ganhar pelo pensamento freudiano” (p.23). Dentre as possíveis respostas, contam-se suas ligações com a fenomenologia – “em pé de igualdade com alguns aspectos do cristianismo”; em seguida, o peso de personalidades (A. Vergote, A. De Waelhens e J. Schotte, importantes professores e marcos da psicanálise belga) e, deve-se acrescentar, Lacan e Dolto.

² Vale lembrar que defendi minha tese em 1995, no Instituto de Filosofia, assim como outros o fizeram, e em diversas unidades da UCL.

³ Doravante, as referências a este livro, razão de ser deste artigo, serão indicadas pelo nome do autor e do número da página correspondente. Os artigos estão devidamente listados na bibliografia.

Enfim, a psicanálise lacaniana teria exercido uma espécie de fascínio sobre os meios sociológicos cristãos: “Pensar o humano em profundidade, em suas dimensões de vazio, de falta e de morte: instaurar o verbo, a linguagem no fundamento do ser; colocar o sujeito do desejo em perspectiva quase escatológica: tudo isso não é do desagrado dos cristãos” (p.23).

Daí também vem o risco de se perder nesse grande espaço conquistado: a reinterpretação fenomenológica da obra de Freud e a psicanálise lacaniana, quando erigida em dogma, poderiam levar a uma “desnaturalização” do inconsciente freudiano. Inventor de uma ciência cujo objeto não se apreende pela vista e pelo toque, Freud “era obrigado a passar por figurações provisórias, por uma metapsicologia”⁴. De resto, acrescenta, não seria diferente com os cognitivistas em suas descrições da memória, dos processos de aprendizagem ou das emoções – mas, para sorte deles, “esses objetos escapam menos facilmente aos sentidos que o inconsciente” (p.24). Enfim, o afastamento do empirismo freudiano poderia trazer como consequência a privação do diálogo com outras correntes da psicologia contemporânea e seu próprio isolamento: “[...] não é seguro que fazer da psicanálise uma ontologia, uma antropologia, uma ética ou uma sabedoria humana, isto é, [...] fazê-la ultrapassar seu campo, facilite sua ligação de trabalho com os outros campos. Dando-lhe muita amplidão, priva-se a psicanálise do que ela tem de mais particular” (p.23-24).

⁴ J. Derrida, um “amigo da psicanálise”, admite, com Roudinesco, que as construções metapsicológicas freudianas deveram-se à necessidade de “romper com a psicologia num dado contexto da história das ciências”, mas elas não são, a seu ver, senão “armas provisórias, mesmo instrumentos retóricos fabricados [bricolés] contra uma filosofia da consciência, da intencionalidade transparente e plenamente responsável”. Acrescenta: “Não acredito em seu futuro. Não penso que uma metapsicologia possa resistir durante muito tempo ao exame. Já quase não se fala mais disso. Em Freud, eu prefiro análises parciais, regionais, de menor importância, as explorações [coups de sonde] mais arriscadas. Esses avanços [percées] reorganizam por vezes, ao menos virtualmente, todo o campo do saber. Como sempre, é preciso estar pronto a admitir isso, e poder restituir-lhes sua potência revolucionária”. Já para Roudinesco, ao contrário, “é preciso dar-se conta do corte efetuado por Freud e continuar a trabalhar com a metapsicologia”, sem a qual se corre o risco justamente de “liquidar o princípio mesmo da ‘subversão’ freudiana, de sua inovação, e de retornar às velhas noções de inconsciente (cerebral, neuronal, cognitivo, subliminal, etc.)”. A seu ver, “há uma fragilidade específica da psicanálise que se deve a seu objeto mesmo: o inconsciente, no sentido freudiano, pode sempre ser evitado, refutado, julgado ‘perigoso’ e, logo, banido da consciência e da razão etc. Daí a necessidade, para manter a criatividade, de retornar sem cessar ao gesto original de Freud contra os dogmas que a própria psicanálise suscita quando ela pretende ‘ultrapassar’ Freud, isto é, ‘enterrá-lo’[...].” (DERRIDA e ROUDINESCO, 2001, p.279-283).

Sobre o colóquio

O colóquio constituiu-se – depois de uma seção de abertura e de comunicações pontuais (o interesse da psicanálise para as outras disciplinas científicas; o desenvolvimento da psicanálise na UCL; a psicanálise e a psiquiatria; psicoterapias e psicanálises) – dos seguintes *ateliers*: Filosofia, ciências da linguagem, literatura; Direito, criminologia, ciências da família e sexológicas; Medicina, neurociências, desenvolvimento; Ciências sociais e antropologia, ciências das religiões, educação e formação. Ainda, houve a plenária de conclusão, que compreendeu uma conferência sobre a abordagem da psicanálise para o ensino da psicologia clínica na universidade; *compte-rendus* dos dois últimos *ateliers* da série; uma *mise-en-perspective* do colóquio; e, naturalmente, a conclusão final totalizando 32 intervenções de pesquisadores de várias disciplinas científicas.

Esse colóquio anuncia, elipticamente, “psicanálise *na universidade*”, enquanto suas atas, publicadas quase três anos depois, optam por um “A psicanálise *e a universidade*”, seguido de “A experiência de Louvain” – que dá precisão a um título por si mesmo aberto aos mais diversos entendimentos. Na seção de abertura, M. Hupert, o então *doyen* da faculdade, comenta que o prazer suscitado por esse “*petit bout de signifiant*” não se devia apenas a sua indisfarçada simplicidade, prazer que ele não encontraria em “A química na universidade”, “As estatísticas na universidade”, e menos ainda, acrescenta, em “A psicologia cognitiva na universidade”. “Apesar da semelhança sintagmática, nenhuma dessas expressões veicula o que existe como questão, desafio, mesmo provocação em ‘A psicanálise na universidade’” (HUPERT, 2003, p.10).

Talvez não seja pueril ainda destacar, nos dois títulos, outras conotações suscitadas pelo uso da preposição (no colóquio) e da conjunção (nas atas). A conjunção impõe (ou supõe) certo nível de independência recíproca entre os termos em questão: intercambiáveis, aqui eles estão dispostos na solução métrica mais agradável – já a inversão “a universidade *na psicanálise*” resultaria, se não sem sentido ou improvável, certamente numa outra coisa. O uso da conjunção sublinha o fato histórico (e a tradição) de que a psicanálise – campo de saber constituído quando a ciência positiva vivia seus dias de glória – nasceu e se desenvolveu *fora* da Universidade, para só depois se dar o estabelecimento de algum tipo de convivência ou de interesse recíprocos.

Com a preposição, subtende-se que a psicanálise tem ou almeja ter ali um lugar, reivindicando sua parte no todo do saber universitário, num processo de afiliação, cujos perigos de comprometimento, subordinação e, sobretudo, redução da doutrina ao psicologismo jamais deixaram de ser sublinhados, com maior ou menor pertinência e ênfase, por muitos psicanalistas.

Enfim, pode-se reconhecer na expressão “psicanálise e universidade” maior afinidade com um dos dois (e fundamentais) artigos escritos por Freud especialmente sobre o assunto, *O interesse da psicanálise*, de 1913 (o outro, *Convém ensinar psicanálise na universidade?*, data de 1919). Curiosamente, o termo universidade não é mencionado uma vez sequer no primeiro artigo. Talvez porque, num tempo em que sua disciplina nem mesmo constava nas grades curriculares, o pleito freudiano se dirigisse a um público cultivado mas pertencente *ou não* aos quadros universitários. Este era pelo menos o caso de seus alunos da antiga Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, intelectuais, em sua maioria não-acadêmicos e não necessariamente clínicos, cujos trabalhos de pesquisa em psicanálise aplicada⁵, na expressão consagrada na época, constituíam uma das mais constantes atividades.

Desde então, ou mesmo desde o nascimento da disciplina, Freud e seus alunos, mediante artigos em jornais e publicações científicas, tiveram de responder (e com presteza jamais vista no futuro) aos questionamentos a respeito da científicidade da psicanálise⁶. Ora, não necessariamente esses questionamentos – em particular, sobre suas concepções acerca da sexualidade humana – provinham da academia, em que pese ali a persistência já secular de tantos ouvidos moucos para esse campo do saber, que põe o desejo no centro de toda e qualquer atividade humana; e que, nas palavras de Watthée-Delmotte (2003),

⁵ “Por razões práticas”, escreveria Freud (1994) anos depois, “habituar-nos, mesmo em nossas publicações, a fazer uma demarcação entre uma análise médica e as aplicações da análise. Isso não é correto. Na realidade, a linha de demarcação situa-se entre a psicanálise científica e suas aplicações nos domínios médico e não-médico” (p.86).

⁶ “Se a psicanálise não é uma disciplina como as outras, é pela razão mesma que ela tenta dar lugar e estatuto conceitual a uma realidade no homem, realidade que a razão se esforça em ignorar – essa realidade, verdadeiramente dizendo, indisciplinável do inconsciente. A obra de Freud e a de Lacan testemunham sem ambigüidade que a psicanálise é inseparável do movimento da razão científica e da história das transformações que a ciência produziu no homem, em suas representações, em seu modo de decifrar os enigmas de sua condição” (FLORENCE, 2003, p.5).

“aceita a existência de um ângulo morto dos conhecimentos, sem reduzi-lo imediatamente a um conceito tranqüilizador como o do ‘coeficiente de incerteza’, como nas ciências ditas ‘exatas’”, e reformulando assim, “pelo conceito de inconsciente, a idéia antiga do incontrolável e do indizível” (p.62).

Não por acaso, o artigo de Freud – publicado pela primeira vez em *Scientia*, periódico internacional editado na Itália desde 1904 e consagrado ao estudo das relações entre os diversos ramos da ciência – é retomado por Florence (2003), na seção de abertura, para anunciar o objetivo do colóquio, em uma palavra, “colocar à prova esta capacidade de diálogo interdisciplinar” (p.6). Pelo menos três dos conferencistas (Watthée-Delmotte, Lequeux e Saroglou) iniciam suas falas com a questão que lhes tinha sido proposta: “O que representa a psicanálise em sua pesquisa, seu ensino, sua prática?”. Tratava-se de verificar como se concretiza, num certo espaço universitário conquistado ao longo de anos, o que Freud (1984) apenas postulou em tese e *après-coup*, dirigindo-se a um público seletivo, ou seja, “um círculo de cientistas que se interessam pela síntese das ciências” (p.188), não necessariamente pertencentes aos quadros acadêmicos.

Das razões do colóquio

Nesse colóquio, que de fato põe à prova as proposições freudianas sobre a interdisciplinaridade na práxis universitária, é pertinente e necessário, apesar da longa e rica experiência louvainense, que ainda se pergunte como faz Laurent (2003): “Por que consagrar um colóquio ao lugar da psicanálise na universidade? [...]. É necessário deduzir que a disciplina duvidaria de si mesma? Ou que seu paradigma se sentiria ameaçado?” (p.147). De onde viria esse mal-estar, que ele detecta, mas se confessa incapaz de inventariar? Afinal, para se convencer da fecundidade da psicanálise, parecia-lhe suficiente comparar as dimensões das estantes a elas destinadas com as das outras ciências humanas numa grande livraria parisiense... O exemplo é convincente, como comprova o “pequeno [!] inventário de um domínio editorial em plena efervescência”, publicado no *Magazine Littéraire* de fevereiro de 2004, que lhe é posterior, e cujo *Dossier* é consagrado à psicanálise (“La psychanalyse: nouveaux enjeux, nouvelles pratiques”).

Em contrapartida, vale também registrar que a rádio France Culture não programa mais, pelo menos não mais com a freqüência vista nos anos 1990, debates e entrevistas com psicanalistas, e que o canal de TV franco-alemão *Arte* relega para as 22h40min uma *soirée* temática sobre a psicanálise (aliás, a única em 2003/2004), quando o horário nobre lhe era com freqüência reservado.

Mas já então, escreve Derrida, “a psicanálise não estava mais na moda, depois de ter estado desmesuradamente na moda” (apud MAJOR, 2001, p.III) nos anos 60-70⁷. Talvez, ao contrário de o que possa parecer à primeira vista, o fato não seja de todo lamentável, se levamos em conta os riscos de exposição (ou vulgarização) excessiva da qual a psicanálise jamais escapou. Parece hoje ainda mais pertinente a posição de Laplanche, que reivindica uma posição de “extraterritorialidade” (*extraterritorialité de la psychanalyse*), ou seja, o “descentramento da psicanálise no interior da pluridisciplinaridade” (ROUDINESCO, 1986, p.556): “Como analistas, como pesquisadores e como universitários afirmamos [...] que a experiência analítica constitui um campo epistemológico específico e autônomo, e que não pode ser a *chasse gardée* de um indivíduo ou de uma instituição” (LAPLANCHE, 1980, p.8).

Faz-se menção há três décadas, e hoje cada vez mais recorrentemente, a uma crise na psicanálise, como, de resto, na economia, na política, nas ideologias, no ensino, na questão social e nos fundamentos institucionais. Já em 1974, em entrevista republicada pelo mesmo *Magazine Littéraire* aqui referido, Lacan (1974) a refuta com vigor no caso de sua disciplina: “A crise [...] não existe [...]. A psicanálise ainda não encontrou seus próprios limites. Há muito que descobrir na prática e no conhecimento. Em psicanálise não há solução imediata, mas apenas a longa e paciente busca das razões”. Além disso, há Freud, “que ainda não compreendemos inteiramente” (p.25).

⁷ “[...] obrigando o discurso filosófico a contar com uma lógica do inconsciente, com o risco de se deixar abdicar de suas convicções mais fundamentais, [...] de sofrer a expropriação de seu solo, de seus axiomas, de suas normas e de sua linguagem, em uma palavra, do que os filósofos consideram como a razão filosófica, a decisão filosófica mesma, logo, com o risco de sofrer a expropriação disso que, associando essa razão muito freqüentemente à consciência do sujeito ou do eu, à representação, à liberdade, à autonomia, parecia garantir o exercício de uma autêntica responsabilidade filosófica” (DERRIDA, apud MAJOR, 2001, p.III).

Contudo, é verdade que sobreviria a Lacan, em 1978, a decepção com os resultados de sua proposição do passe⁸ e sua dissolução da Escola Freudiana de Paris (EFP), que ele próprio fundou, motivada por sua vez pela decepção com os discípulos e membros da mesma escola, e que o levaria à queixa famosa de ter fracassado em seu ensino. É também fato que, depois de sua morte, “a paisagem da França freudiana transforma-se radicalmente ao longo de um infinito processo de ruptura e de atomização dos grupos lacanianos” (ROUDINESCO e PLON, 1997, p.325).

Seja como for, a formação psicanalítica e a necessidade de assegurar a especificidade da psicanálise em relação à medicina e preservá-la de toda usurpação estiveram sempre a cargo das associações psicanalíticas. Por isso, no colóquio, também não se prescindiu da questão de base, tal como formulada por Laurent-Bastien (2003): “Há um lugar para a psicanálise no interior da universidade?” (p.109). No entanto, nas condições de seu tempo, Freud (1996) já admitira que sim, sob limites: avaliando com justeza que sua disciplina poderia muito bem prescindir da academia – posto que seus lugares de formação constituíam-se já então num fato incontornável – uma e outra, todavia, teriam muito a ganhar com a convivência recíproca. Em outra oportunidade, já em 1933, ele escreve que ainda não esperasse “a boa nova de que o combate pela psicanálise chegara ao fim, e terminara por seu reconhecimento como ciência, por sua admissão como matéria de ensino na universidade” ((FREUD, 1995, p.222). O que então lhe parecia novo era a possibilidade de encontrar, na sociedade científica, pessoas que aceitavam uma parte da psicanálise... e recusavam outras, os “falsos amigos”, a exigir cuidado ainda maior do que o dispensado desde o início aos adversários. Talvez seja assim ainda hoje em muitos lugares, e um risco a correr, mas é certo que a psicanálise tem a ganhar com a universidade, além da possibilidade das trocas interdisciplinares, o rigor da pesquisa e do debate científico, mesmo que, como suspeitava Freud, sejam tantas vezes as simpatias pessoais (o fato da resistência) os determinantes de tais escolhas parciais.

⁸ Com o passe, segundo Haddad (2002, p.325), Lacan teria almejado o testemunho de jovens analistas, ou seja, conforme registrado no nº 23 do boletim interno da Escola Freudiana de Paris, “o que pode vir à cabeça de alguém para se autorizar analista. Eu queria testemunhos, naturalmente não tive nenhum... Bem entendido, esse passe é um completo fracasso”.

A questão do lugar da psicanálise na universidade, ainda que não formulada explicitamente pelos outros participantes, não deixou de freqüentar seus respectivos discursos. Renders (2003), por exemplo, opta por considerações de ordem ética. Num mundo onde tudo é pensado como possível, diz ele, “a psicanálise que, em princípio, ensina os limites do sujeito, deve enunciar suas impossibilidades”; e frente à imposição de resultados, definidos em termos de eficácia, de sucesso e mesmo de qualidade total, mas conhecendo o valor dos atos falhos, ela “deve reafirmar o direito ao fracasso e ao erro” (p.17). Em troca, e contribuindo para a denúncia desse mundo sem limite, deve começar por reconhecer que ela própria tem limites, que é uma teoria e uma prática entre outras, ao mesmo tempo em que também portadora de formas particulares de pensamento e de ação que lhe impõem hoje, neste mundo, responsabilidades particulares. Essas responsabilidades não podem ser identificadas e assumidas sem que ela se interesse pelas outras ciências e se deixe por elas interessar.

Stechen (2003) invoca em parte um raciocínio semelhante, ao lembrar que a pesquisa psicanalítica é cada vez mais necessária à universidade na proporção do recrudescimento da ideologia da *performance* no campo científico. A seu ver, o *slogan* “nada nos segura!” – que comanda não só o progresso científico, mas também as tendências econômica e política – é um imperativo do gozo, “ou seja, uma injunção para ir além do prazer [...] e até o limite do possível”. Ora, o exercício da ética psicanalítica, que diz respeito à resposta dos sujeitos singulares ao imperativo do gozo, consiste justamente “em cernir e moderar os excessos da instância psíquica que comanda, ordena, impõe a obrigação de ultrapassar os limites razoáveis” (p.212). A psicanálise encontra seu lugar na universidade, ao lado da psiquiatria e da sociologia das desordens sociais, à medida que nesta se reconheça a necessidade de “um discurso sobre o irracional e sobre a desrazão” (p.216). Enfim, vivemos numa época em que, graças à ciência, quanto mais se sabe menos suportável é não saber tudo, como testemunha Kaminski (2003): “Da psicanálise eu aprendi a incompletude dos saberes e o caráter derrisório ou perigoso das tentativas de completá-los” (p.106).

Por sua vez, Berten (2003), cujo raciocínio, instigante e crítico, não cabe nos limites deste artigo, lembra que sua aproximação da filosofia contemporânea foi marcada, antes de mais nada, pelos “mestres da suspeita” –

Marx, Nietzsche e Freud –, sendo que a intervenção freudiana se pauta justamente por um empreendimento de desconstrução do sujeito. A seu ver, a idéia da finitude radical do homem habita um momento importante do pensamento filosófico contemporâneo, ainda que “o próprio conceito de homem resista a essa destituição de seus poderes e de sua importância”. Dentre outras coisas, ele ressalta a atitude psicanalítica que propõe “como chave geral de interpretação o que justamente resiste a toda interpretação e a toda racionalização, o enigma no coração do sujeito e do real” (p.67-68), num movimento em que, a seu ver, Lacan aproxima-se de Heidegger. Para Renchon (2003), o que provavelmente mais lhe marcou na psicanálise foi “sua capacidade de dar conta, no psiquismo humano, do ‘contrário’, e como consequência abrir o campo dos ‘contrários’” (p.84).

Há ainda a questão da *singularidade do sujeito*. A prática analítica, como se sabe, assenta-se na lógica de um trabalho que se faz caso por caso. Em muitos domínios, nem sempre é evidente assumir e sustentar a radicalidade dessa proposta. O jurista, por exemplo, como lembra Cartuyvels (2003), não deixará de lidar com o mesmo e recorrente problema: “Como articular a distância do coletivo que encarna a regra e a especialidade de um caso sempre singular ou, ainda, como pensar a regra, com sua dimensão de universalidade”, sem aniquilar “um indivíduo que não cabe perfeitamente em seus quadros?” (p.97).

É o impacto dessa intuição analítica que consiste em ir além do sintoma – a consideração de que processos de deslocamento estejam operando por detrás de certas queixas sociais sintomáticas – que o leva a duvidar de certas relações de causalidade colocadas por diversos discursos públicos, por exemplo, entre a delinqüência e a insegurança ou o objeto droga e a toxicomania. “A insegurança ou a toxicomania como sintoma, sim, mas de quê? A relação é freqüentemente mais complexa do que a ligação de causa e efeito linear colocada entre dois eventos que, aliás, podem ser por vezes eles mesmos sintomas de uma outra coisa” (CARTUYVELS, 2003, p.98). Não se trataria de uma preocupação meramente retórica, ou argumentativa, dadas suas implicações concretas para as políticas a serem implantadas. A seu ver, a questão da relação entre lei simbólica e lei positiva permanece difícil e está longe de terminar: se a psicanálise ensina que não se pode falar de sociedade nem do humano, “sem o distanciamento que encarna o princípio mesmo do interdito, como símbolo do indisponível e da falta”,

ela não diz “onde esse interdito [...] deve se exprimir e sob qual forma. Ele tem objetos privilegiados, indiscutíveis? Ele deve passar, para se exprimir, pelo interdito penal?” (p.96-97).

Mais evidente é a contribuição da teoria psicanalítica em termos da própria *démarche* clínica, em primeiro lugar, como lembra Moulin (2003), ao “colocar em evidência as emoções e a função do prazer, de eros e de tânatos, do gosto pela vida, do gosto pela morte” (p.137), em vez de privilegiar o lado racional, intelectual, frio, neutro, como é próprio da prática médica, baseada em provas experimentais.

Não sem razão, as relações entre a psicanálise e as disciplinas médicas, ainda que numerosas, são complexas e às vezes ambíguas, e foram sempre fontes de resistência, mal-entendidos e conflitos. Ainda hoje, afirma Opsomer (2003), “os médicos, mais do que todos os outros cientistas, desconfiam, mesmo rejeitam tudo que diz respeito à psicanálise, e os poucos médicos que por ela se interessam são considerados médicos marginais” (p.123). Já para Roussaux (2003), praticam-se quotidianamente uma psiquiatria e psicoterapias de inspiração analítica, ainda que “o exercício da prática psicanalítica (cura-tipo) [pareça] de compatibilidade muito difícil com o exercício da prática psiquiátrica em tempo integral, tal como imposta por nossas clínicas acadêmicas”. No âmbito da pesquisa, acrescenta, numerosas teses e publicações são inspiradas na psicanálise, que constitui ainda hoje a “corrente majoritária”, ao lado de outras correntes de pensamento, “também elas bem representadas num ambiente universitário necessariamente plural” (p.29).

Por sua vez, Moulin (2003) entende que o acesso à psicanálise, terapêutica ou didática, é condicionado pelo custo e pelo tempo de seu exercício, e que esse “aspecto reservado ou discricionário conota a psicanálise de um aspecto iniciático que interpela o médico treinado para dar indicações terapêuticas precisas, argumentadas e nesse caso não restritivas” (p.136). Do ponto de vista do paciente, a psicanálise é anunciada para todos, mas reservada a alguns. Para o terapeuta, “entra-se na psicanálise como se entra na religião e isso conota os adeptos de um aspecto partidário” (MOULIN, 2003, p.136), com o que concorda de certa maneira Bourgeois (2003): “Uma coisa que me desconcerta freqüentemente é a opacidade da base empírica que funda os desenvolvimentos teóricos da psicanálise e que lhes confere assim às vezes uma aparência de discurso de autoridade” (p.187).

É como se esta não tivesse sido a grande preocupação de Freud, inclusive para se contrapor, apoiado na experiência analítica, à discursividade própria do projeto filosófico (cf. AGUIAR, 1999).

Moulin (2003) refere-se ainda à primeira frustração do médico clínico somático ao se confrontar com “colegas psiquiatras ou psicólogos mais ou menos partidários de uma dada teoria que determina as escolhas dos métodos com visão terapêutica” (p.136). Outra de suas frustrações seria que, mesmo seduzido por uma teoria de caráter experimental e de aparência mecanicista, “não há nenhum poder de verificação experimental, isto é, de experimentação pessoal, sendo esta reservada à prática de iniciados, é preciso acreditar, o que não é fácil quando se quer saber”. Já para Roussaux (2003), se o paciente não pode ser abordado pela técnica psicanalítica, a psicanálise teórica permite a compreensão e a explicitação de seu estado mental, e mesmo se essa compreensão é provisória e resulta numa construção que lhe serve apenas quando necessário, ela contribui para a psiquiatria no sentido de “ordenar segundo uma ordem comprehensível as observações clínicas. A objeção é utilizar a psicanálise como uma ‘psicologia’” (p.30). Nessa perspectiva, não passaria de uma das aplicações da psicanálise, a seu ver, “em pé de igualdade com a arte e a história”. Sobretudo, a importância da psicanálise para a psiquiatria reside no fato de que a história individual e psicológica do paciente conta mais do que o inventário dos sintomas. Aliás, isso é algo que também os psicólogos, com seu gosto pela anamnese, não deveriam esquecer.

Psicanálise na universidade: questões, idéias, problemas

As questões de Laurent (“Por que consagrar um colóquio ao lugar da psicanálise na universidade?”) e, sobretudo, de Laurent-Bastien (“Há um lugar para a psicanálise no interior da universidade?”) são herdeiras diretas de “Convém ensinar psicanálise na universidade?”, de 1919, mas são propedêuticas às proposições freudianas de *O interesse da psicanálise*, de 1913. Lido hoje, esse último é texto antecipatório de um intercâmbio então inexistente e ainda a advir, no qual, apesar de professor extraordinário (uma espécie de “professor associado”) desde 1902, na Universidade de Viena, Freud fala “do exterior” e sem nomear diretamente o espaço universitário como alvo. A idéia de uma “extraterritorialidade” dessa disciplina não lhe seria aqui estrangeira:

“Como analistas, como pesquisadores e como universitários”, escreve Laplanche em 1980, “afirmamos que a experiência analítica constitui um campo epistemológico específico e autônomo, que não poderia ser a *chasse gardée* de um indivíduo ou de uma instituição” (p.8). Já para Leclaire, em 1998, e no contexto de sua proposta por uma *instance ordinale*, a extraterritorialidade seria “um fantasma muito saudável, mas [...] em contradição com o que passa hoje no mundo” (p.354).

É certo que nestes dias, a exemplo de Laplanche em Paris VII, e de Leclaire e depois Lacan, em Paris VIII, é preciso ir além de se dirigir amplamente a cientistas interessados na síntese das ciências, como faz Freud em 1913, dada a urgência de estabelecer efetivamente, na universidade, uma ligação de trabalho com as outras disciplinas, afirmindo-se ao mesmo tempo como campo epistemológico específico e autônomo. Dito de outra maneira, em 1913, tratava-se, em tese, de “inserir sua própria ciência no campo do saber, mostrando, em razão de sua singularidade, as dificuldades de integração” (FLORENCE, 2003, p.13). No entanto, as dificuldades somente se colocariam *concretamente* (para Freud e, sobretudo, para a psicanálise do futuro) após a criação da primeira cátedra de psicanálise no mundo, na Universidade de Budapeste, de curta duração e sob a direção de Ferenczi, sendo esse o motivo que o levou a escrever o texto de 1919, a psicanálise *na* universidade, portanto, e como tal sujeita aos estatutos e às tradições universitárias.

Como então, em meio aos usos e costumes universitários, preservar as idiossincrasias ético-epistemológicas da psicanálise? Isso nem sempre é evidente. Considere-se, por exemplo, no âmbito dos cursos de psicologia, a questão das relações conflitivas entre a psicoterapia e a psicanálise. Para resolvê-las, lembra De Neuter (2003), alguns (raros) afirmam que a psicanálise é uma psicoterapia entre várias, outros (entre os lacanianos e os freudianos), que a psicanálise nada tem a ver com a psicoterapia, e outros, enfim, que ela é uma psicoterapia, mas é bem mais: “A psicanálise tem por finalidade o advento do sujeito desejante e diversas curas entre as quais aquela do sintoma, mas ela propõe ao mesmo tempo um modo muito particular de ação psicoterapêutica, uma concepção revolucionária do sintoma e da doença” (p.33). O que a psicanálise trouxe à psicoterapia? O que ela traz ainda hoje às psicoterapias que a ela se referem, pergunta De Neuter, para responder em seguida: a subversão do conceito de psicoterapia, do conceito de sintoma e do conceito de cura.

Antes de tudo, as psicoterapias caracterizam-se por abandono menos radical do que o realizado por Freud das três modalidades psicoterapêuticas pré-analíticas (hipnose, sugestão e catarse), em seguida, por uma colocação menos radical da livre associação, da neurose de transferência e de sua análise, e, enfim, por menor descentramento do sintoma (DE NEUTER, 2003, p.36). “Em Lacan, o sintoma é uma das maneiras das quais dispomos para gozar de nosso inconsciente”. Para abandoná-lo, é preciso ter encontrado outras modalidades de satisfação que impliquem menor sofrimento subjetivo. Poder-se-ia dizer, nessa perspectiva, que “a psicoterapia de orientação analítica propõe ao sujeito a possibilidade de se fazer menos mal para obter o gozo e os prazeres aos quais ele aspira: realização pulsional, transformação do alvo pulsional, mudança de objeto, atenuação das exigências do supereu, etc.” (p.37).

Trata-se de um ponto de vista, cujas discussões estão longe de terminar. Pode-se falar em “psicoterapia psicanalítica”? Não haveria contradição nos termos? Não seria uma psicanálise de segunda ordem? Justifica-se o termo pela necessidade, nas instituições, de misturar ao ouro da análise o chumbo da psicoterapia (sugestão), como Freud recomendou tantas vezes? Considere-se ainda a urgência desses tempos em que se verifica uma ampliação constante da atuação do psicanalista em diferentes instituições e para além de seu consultório privado, (ainda que sob o guarda-chuva do Conselho Federal de Psicologia). Enfim, a questão da regulamentação das psicoterapias, mais e mais premente nos países europeus, coloca como crucial a necessidade de explicitar, sem ambigüidade para o público leigo, o que diferencia a psicanálise do vasto domínio das psicoterapias, e ao mesmo tempo afirmar o corpo doutrinário que permanece fundador, bem como a fecundidade do método freudiano (Cf. AGUIAR, 2005, p. 109-120).

Veja-se enfim, ainda sob os usos e costumes acadêmicos, a questão da pesquisa, condição de uma existência universitária plena. Há, no seio da psicanálise, lugar para uma prática de pesquisa? É o que ainda pergunta Laurent-Bastien (2003), sublinhando a dificuldade para uma mesma pessoa de ocupar ao mesmo tempo um lugar de pesquisador e de clínico. Contudo, parece-lhe precisa a diferença entre clínica e pesquisa: “[...] O pesquisador é obcecado por sua questão, e tenta levar, às vezes um pouco intrusivamente, seus informantes a lhe fornecer respostas a suas questões. [...] O clínico, ao contrário,

deixa-se guiar pelas questões e os significantes de seu analisando”. Seriam esses, a seu ver, processos diferentes, assim como seria diferente o material recolhido: “[...] um clínico que tentasse utilizar seu material clínico para perseguir uma série de questões de pesquisa se veria imediatamente colocado fora da esfera clínica e de suas preocupações” (p.109-114). A transferência se poria muito mais a serviço de sua interrogação do que de sua prática clínica..

De fato, essas são questões freudianas por excelência, ainda que a autora não mencione um complicador: “Uma das reivindicações da psicanálise a seu favor”, escreve Freud (1977, p.64) em 1912, “é indubitavelmente o fato de que, *em sua execução, pesquisa e tratamento coincidem*”. Não sendo mera aplicação técnica, cada psicanálise é, a sua maneira e de maneira singular, uma pesquisa (clínica, não experimental) sustentada por seu próprio método, como escreve ainda Freud (1994) em outra oportunidade, não se pode “tratar sem aprender alguma coisa de novo” (p.85).

É verdade que o trabalho clínico psicanalítico afasta-se do trabalho propriamente científico quando se trata de “reunir a estrutura [do caso], tentar predizer seu progresso futuro e obter, de tempos em tempos, um quadro do estado atual das coisas”. Para se conduzir corretamente, o analista deveria “oscilar, de acordo com a necessidade, de uma atitude psíquica para outra”, evitando especular ou meditar sobre os casos enquanto eles estão em andamento (FREUD, 1977, p.64-65). Suas recomendações são assim bem conhecidas: a primeira, metodológica, diz que somente depois de concluída a análise, seu material deve ser submetido a um processo sintético de pensamento; a segunda, compromisso ético, ensina que a função de tratar sobrepõe-se aos interesses propriamente científicos.

Para Laurent (2003), que levanta questões semelhantes, a psicanálise tem em comum com a etnologia (como se sabe, o termo consagrado pela tradição francesa para designar a antropologia cultural) a necessidade de elaborar um método tão rigoroso quanto possível e capaz de dar conta da singularidade de seus campos respectivos. A pesquisa psicanalítica, para além da elaboração por si mesma de seu próprio método, teria realizado com sucesso empréstimos metodológicos à etnologia, cujas equipes de pesquisadores trabalham em torno de questões como “implicações de uma escrita de seu sujeito de enunciação”, “condições de elaboração dos dados no campo”, “limites do relato etnográfico”, “critérios de validação”.

Ainda assim, a seu ver, algumas questões permaneceriam em aberto: em primeiro lugar quanto à diferença, para ele, mais do que provável no quadro das pesquisas, entre a posição exclusiva do clínico e a do psicanalista-pesquisador (o que não deixa de ser um falso problema, se considerado, como visto, que uma “posição exclusiva de clínico” seria, a rigor, para o psicanalista, uma contradição); e porque essa separação entre as duas posições é, ao fim e ao cabo, injunção ética determinada pela situação clínica, aliás, uma tensão que, se não denegada, lhe será sempre favorável.

Seus outros questionamentos, que parecem igualmente a serviço de um enquadramento bem restritivo e positivo da pesquisa psicanalítica, dizem respeito, em primeiro lugar, ao esclarecimento de processos cuja execução possa garantir “a produção dos dados inerentes ao inconsciente, mesmo ao pré-consciente, aqui concebidos como terreno de pesquisa” (LAURENT, 2003, p. 154). Ora, na situação analítica, é o próprio paciente, em última instância, que validará a cada vez a interpretação analítica, no limite, pela solução de seus conflitos e supressão de seus sintomas. Quando a pesquisa psicanalítica resulta das elaborações do analista em sua mesa de trabalho, e não operando *à chaud* na escuta de seus pacientes, a validade e a consistência da interpretação analítica passarão pelo crivo dos examinadores, no caso de teses e dissertações, e de pareceristas e do público leitor especializado e erudito, quando se tratar de artigos e livros (Cf. MEZAN, 2001). Enfim, o terceiro questionamento de Laurent (2003) diz respeito justamente à distinção a “ser estabelecida entre a interpretação no quadro da transferência, operando na relação clínico-paciente, e a interpretação de dados recolhidos, realizada *a posteriori* pelo psicanalista-pesquisador” (p.154). Trata-se aqui de um paralogismo metodológico: pelo menos, não é isso definitivamente o que se verifica em Freud (1974), cujas anotações cotidianas da análise de *O homem dos ratos – hélas*, as únicas que restaram – são retomadas quase integralmente no relato final do caso clínico, como mostraram Elza e Pierre Hawelka (apud FREUD, 1974) há três décadas.

A contribuição da psicanálise à etnologia reside justamente nessa possibilidade de garantir, por meio da utilização da transferência como instrumento de trabalho, a não-eliminação da subjetividade do pesquisador em todos os estágios de sua pesquisa (Cf. AGUIAR, 2002). Em contrapartida, Brackelaire (2003) denuncia a “monstruosidade” de uma psicanálise sem antropologia “pelo universalismo e pelo psicologismo abjetos e temíveis que ela desencadeia” (p.155).

A seu ver, a psicanálise seria sempre uma etnopsicanálise, como é toda psicologia uma etnopsicologia: “Os etnólogos nos levam, precisamente, a ver e a encontrar os diferentes mundos sociais em suas lógicas culturais próprias, sempre em trabalho e hoje freqüentemente em mutação” (p.158).

Mas, reconhecido o lugar da psicanálise na universidade, permanece para Laurent (2003) a questão do método de investigação, ou seja, da produção de dados e sua interpretação: “a história, a antropologia ou a psicanálise não podem assegurar-se pela determinação de critérios de falsicabilidade que permitem, por exemplo, a análise de qui-quadrado em uma amostra probabilística ou a determinação dos graus de liberdade dos ensaios de laboratório”. Se tal constatação pressupõe a “convocação” de uma metodologia que é tão difícil de resolver como é igualmente o balizamento da “justa interpretação”, nem por isso o pesquisador psicanalista (ou o etnólogo) pode se dispensar “de um rigor metodológico sem falha”, pois, hoje em dia, “os critérios de validação são infinitamente mais estritos, [dados] os incessantes avanços epistemológicos” (p.153).

Nesse caso, que se acrescente também, e se leve em conta de uma vez por todas, que cada prática, cada ciência contém em si seus próprios critérios de validação, como sustentava Althusser e Lacan (Cf. EVANGELISTA, 1984).

Nas relações acadêmicas cotidianas, Day (2003) tem a impressão de se confrontar muito freqüentemente com dois tipos de discursos, duas psicanálises, dois tipos de pensamento analítico: “Um tipo que é fechado, e pretende poder tudo interpretar. Um outro que é aberto, aberto mesmo até ao relativismo histórico de seu próprio pensamento”. Por um lado, um “pensamento que gira no vazio”, cujos “delegados ou representantes dão às vezes a impressão de serem mestres de consciência dos outros acima de qualquer outro sistema de pensamento”, por outro, uma psicanálise que lhe parece indispensável para a universidade, “não como mestre de consciência, mas como injeção de consciência, como lembrete de consciência, como uma espécie de infecção que nos habita” (p.169-170).

Por sua vez, Saroglou (2003) lembra que, mais recentemente, um novo terreno interdisciplinar desenvolveu-se, e diz respeito ao diálogo entre psicanálise e fé e sobre o solo comum antropológico. Aplicada à compreensão psicológica da religião, a psicanálise permitiu aprofundar a questão, complexa, das motivações religiosas, ou seja, “a questão das ligações entre o normal e o patológico quando se trata de compreender a religião individual ou coletiva, a religião do comum dos mortais ou a religião dos santos”,

enfim, “as ligações sutis entre escolha religiosa e determinismos afetivo-relacionais e sexuais, notadamente aqueles baseados [na] experiência infantil” (p.172). Entretanto, para Wénin (2003), sob um aspecto, sua relação com a psicanálise não se faz sem questionamentos: “Algumas leituras da bíblia por psicanalistas nutrem em mim algum mal-estar, diante do que eu ressinto – talvez erradamente – como uma forma de imperialismo” (p.166).

Psicanálise na universidade: um processo

Psicanálise *na* universidade é uma expressão, válida desde 1919, para um (talvez) interminável processo que não se faz sem dificuldades, mas também com incontornáveis ganhos para a psicanálise, por exemplo, no que concerne ao rigor intelectual (fundamentação e contextualização) de suas pesquisas. A discussão freudiana, já no contexto universitário, centrava-se no ensino em nível de graduação, e hoje se sabe que, em função da pesquisa, a pós-graduação a amplia e complexifica. Uma experiência de meio século de ensino e pesquisa universitária da psicanálise permite sem dúvida que esse colóquio, respondendo a um imperativo da contemporaneidade, abra-se para uma avaliação do diálogo interdisciplinar, pondo à prova as coordenadas freudianas contidas no texto de 1913. Uma interdisciplinaridade que Cartuyvels (2003) entende ser uma

[...] tentativa de cruzar disciplinas diferentes, suscetíveis de se interrogar e de se desestabilizar; que abre cada disciplina à falta, e uma maneira de conjurar o ideal cientificista de um discurso universitário no qual, em meio ao conjunto de puros enunciados, [desaparece] o sujeito da enunciação (p.92).

Nessa *démarche* interdisciplinar, como sublinha Renchon (2003), deve-se estar atento para o risco de confronto com uma disciplina que não é a sua, “de não perceber e de não reter senão o que as lentes de seu próprio universo mental lhe permitem discernir” (p.83). Fédida (1997), a esse respeito, reclamou para a psicanálise maior exigência em relação a si mesma, tendo como base seus próprios paradigmas teórico-práticos:

quanto maior a especialização, mais fácil e segura seria a comunicação interdisciplinar. Seria ainda, como pretendia Leclaire, uma confrontação que, diferentemente de uma “confusa visão interdisciplinar”, se ordenaria a partir da “originalidade do discurso psicanalítico e do trabalho que ele impõe” (apud ROUDINESCO, 1986, p.573).

Para Laurent (2003), “[...] a psicanálise [...] não faz muito esforço para atrair os leitores situados à margem das fronteiras disciplinares” (p.148). Trata-se de certa maneira da mesma impressão de Lequeux (2003): em seus textos, “Freud avança passo a passo, diferencia suas observações de suas hipóteses, reconhece os limites dos conceitos que ele forja e espera confirmações ou correções disso que ainda não se chamava as neurociências”. Essa associação de inteligência, intuição e modéstia, acrescenta, “nem sempre encontrei nos escritos dos psicanalistas atuais”. Ele aproveita mesmo a ocasião do colóquio para lhes endereçar uma de suas questões: “Onde e por que perderam o estilo límpido de seu pai fundador em proveito do que parece freqüentemente obscuro e pedante ao não-iniciado?” (p.99-100).

Quem poderia argumentar o contrário? Afinal, apenas certos desenvolvimentos e argumentações de ordem teórica – metapsicológica, no dizer de Freud – poderiam, às vezes, estabelecer (ou justificar) as obscuridades de um texto. É fato que Lacan conquistou legitimamente o direito de subverter o gosto pela clareza do pai da psicanálise, mas, de uma vez por todas, não convém que seu estilo surrealista, paradoxal e ferozmente não-acadêmico – embora pessoal e singular, e mesmo justificado histórica e geograficamente – continue a multiplicar-se como pastiche entre tantos de seus seguidores.

Post-scriptum

Além de interações já bem estabelecidas, como “psicanálise e literatura” e “psicanálise e etnologia”, os artigos de “psicanálise aplicada” publicados no *Magazine Littéraire*, aqui citado mais de uma vez, trazem outras propostas inéditas (ou menos freqüentes). Por exemplo, psicanálise e etologia, psicanálise e imagens e psicanálise e música. Esses títulos mostram por si mesmos que continua a frutificar a idéia freudiana de um interesse da psicanálise para as outras disciplinas, e reafirmam essa vertente da pesquisa psicanalítica como promissora e em franca expansão,

e seu destino incontornável. Afinal, se Freud, ao falar do interesse que teriam outros campos do saber por utilizar os dados da psicanálise, “pode dar a impressão de ser imperialista [...], de fato, ele não faz mais do que prolongar o que foi o movimento mesmo de seu próprio pensamento, ‘interessado’ por todas essas disciplinas”. Por isso, “a aplicação da psicanálise fora do campo do tratamento parece-lhe então quase natural” (MIJOLLA-MELLOR, 2004, p.44). Esse colóquio exemplar é também precursor, no sentido de propor avaliação das trocas interdisciplinares e sutil homenagem ao centenário de uma das obras científicas, se necessário lembrar, mais importantes do século passado.

Deliberadamente reservei para o final as questões que o animaram, assim formuladas por seu organizador: O que a psicanálise apresenta de novo, de fecundo e de original? Que mudanças são ocasionadas pelo novo ponto de vista que ela propõe às concepções da ciência, do sujeito da ciência e da racionalidade? Que linguagem revela-se necessária para dar conta de suas descobertas? Que dificuldades, resistências e oposições essa linguagem e esse ponto de vista suscitam aos olhos dos outros saberes?. E de maneira mais enfática: “Que diálogo a psicanálise foi capaz de estabelecer com todas disciplinas pelas quais seu fundador mostrou um interesse tão intenso e uma curiosidade tão infatigável?”, ou ainda: “Em que os avanços dessas disciplinas vizinhas, respondendo aos novos desafios de nossa história recente, encontraram uma caução do lado dos analistas?” (FLORENCE, 2003, p.15).

Afinal, sejam quais forem as condições histórico-geográficas em que a psicanálise está implantada, essas são questões que devem a muitos interessar e orientar – em particular, aos que se dedicam à prática universitária da psicanálise (e entre nós, neste momento em que creamos, pioneiro na UFSC, o Núcleo de Estudos em Psicanálise, no Departamento de Psicologia, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas). Tais questões, enfim, para além do âmbito desse colóquio interdisciplinar aqui apresentado como exemplo, devem se colocar em permanência como condição à prática universitária da psicanálise.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, F. Comentários avulsos sobre a prática universitária da psicanálise. *Psicanálise e universidade*, n.16, 2002, p.93-116.

- AGUIAR, F. Wittgenstein, “disciple” à contrecoeur de Freud. *Dissertatio*, n.10, 1999, p.5-44.
- AGUIAR, F. Regulamentação das psicoterapias: o precedente francês. *Percorso*, n. 34, 2005, p.109-120.
- BERTEN, A. Psychanalyse et philosophie. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.67-71.
- BOURGEOIS, E. Formation des adultes et psychanalyse. Petite histoire d'une rencontre singulière. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.179-187.
- BRACKELAIRE, J. L. Pas l'un sans l'autre. Psychanalyste et anthropologie en terre d'exil. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.155-159.
- CARTUYVELS, Y. Psychanalyse et enseignement du droit. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.91-98.
- DAY, J. La psychanalyse: ouverture ou fermeture? In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.169-170.
- DE NAUTER. *Psychothérapies et psychanalyses*. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.33-42.
- DERRIDA, J. e ROUDINESCO, E. *De quoi demain... Dialogue*. Paris: Flammarion, 2001.
- EVANGELISTA, Walter J. *Conhecimento e desejo*: estudo histórico-critico do conceito de sobredeterminação no itinerário de Louis Althusser. Tese professor titular. Departamento de Filosofia. UFMG, 1984.
- FÉDIDA, P. Entrevista. *Psicanálise e Universidade*, v. 6, 1997.

FLORENCE, J. L'intérêt de la psychanalyse. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.13-16.

FREUD, S. *L'homme aux rats*: journal d'une analyse. Paris: PUF, 1974.

FREUD, S. Conseils aux médecins sur le traitement analytique. In: *La technique analytique*. Paris: PUF, 1977.

FREUD, S. L'intérêt de la psychanalyse. In: *Résultats, idées, problèmes (I)*. Paris: PUF, 1984.

FREUD, S. La question de l'analyse profane. In: *Œuvres Complètes*, v. XV. Paris: PUF, 1994.

FREUD, S. Nouvelle suite des leçons d'introduction à la psychanalyse. In: *Œuvres Complètes*, v. XIX. Paris: PUF, 1995.

FREUD, S. Faut-il enseigner la psychanalyse à l'université? In: *Œuvres Complètes*, v. XVIII. Paris: PUF, 1996.

HADDAD, G. *Le jour où Lacan m'a adopté*. Paris: Grasset, 2002.

HUPERT, M. Séance d'ouverture. Allocution de Michel Hupert. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.9-10.

LACAN, J. Il ne peut pas y avoir de crise de la psychanalyse. *Magazine Littéraire*, n.428, fevereiro/2004.

LAPLANCHE, J. Un doctorat en psychanalyse. *Psychanalyse à l'Université*, tome 6, n.21, 1980, p.5-8.

LAURENT, P. J. Psychanalyse et anthropologie: éléments d'un débat. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.147-154.

LAURENT-BASTIEN, D. Une clinique de recherche et sa rencontre avec le champ de anthropologie, ou la psychanalyse et la volonté de faire science. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.109-121.

- LECLAIRE, S. *Écrits pour la psychanalyse* (1). Paris: Seuil/Arcanes, 1998.
- LEQUEUX, A. La psychanalyse et la médecine. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.99-101.
- MAJOR, R. *Lacan avec Derrida: analyse désidentielle*. Paris: Flammarion, 2001.
- MEZAN, M. Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos e reflexões. *Psicanálise e Universidade*, n.14, 2001, p.121-162.
- MOULIN, D. Visions de la psychanalyse à partir d'une pratique de la pédiatrie. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.135-145.
- OPSOMER, R. J. De l'urologie à la psychanalyse. Quelques réflexions d'un non-initié. In: Florence, J. (org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.123-134.
- RENCHON, J. L. Le droit de la famille à l'épreuve de la psychanalyse. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.83-90.
- RENDERS, X. *Aperçu historique de l'essor de la psychanalyse à l'UCL*. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.17-24.
- ROUDINESCO, E. *La bataille de cent ans. Histoire de la psychanalyse en France* (2). Paris: Seuil, 1986.
- ROUDINESCO, E. e PLON, M. *Dictionnaire de la psychanalyse*. Paris: Fayard, 1997.
- ROUSSAUX, J. P. La psychanalyse et la psychiatrie. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.25-32.
- SAROGLOU, V. L'apport de la psychanalyse à la psychologie de la religion et à la théologie: commentaires. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.171-177.

STEICHEN, R. Rencontres avec l'altérité: autre culture, autre texte, autre savoir. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.171-177.

WATTHÉE-DELMOTTE, M. Psychanalyse et littérature: éléments de convergence. In: FLORENCE, J. (Org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003, p.45-59.

(Recebido em maio de 2004 e aceito para publicação em setembro de 2005)